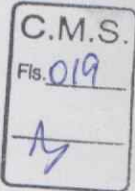




# CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

## ESTADO DE MATO GROSSO



### PARECER

Processo Licitatório – Inexigibilidade de Licitação nº 002/2020

Interessada: Comissão de Licitação – assunto – Dispensa – Inexigibilidade.

Trata-se de procedimento licitatório para dispensa/inexigibilidade de licitação, e, por conseguinte a Associação da Câmara de vereadores de Sinop-MT á UCMMAT, por meio de pagamento de contribuição associativa contratação, vez que, a Associação é a única entidade representativa das Câmaras Municipais no Estado de mato Grosso.

É a síntese do necessário.

Para a realização da dispensa/inexigibilidade e aquisição do produto mencionado à fls. 02, é necessário:

Procedimento administrativo de dispensa/inexigibilidade, onde deve ser aplicado no que couber a lei de Licitações sobre a matéria é o julgado do TCE/MT na Resolução de consulta nº 03/2007, publicado no DOE em 23.102007, senão vejamos:

**Resolução de consulta nº 03/2007 (DOE 23/10/2007). Licitação. Dispensa e inexigibilidade. Processo administrativo. Necessidade de formalização.**

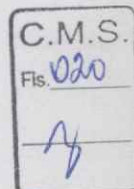
È indispensável à formalização de processo administrativo na contratação de bens ou serviços mediante dispensa de licitação (inclusive quando se tratar de valor inferior a R\$ 8.000,00 oito mil reais). Esse critério visa assegurar o cumprimento dos princípios atinentes à citação e das exigências gerais prevista na Lei nº 8.666/1993.

Desta forma, com base na Resolução de consulta acima temos que este Poder corretamente procedeu ao realizar o presente procedimento administrativo, sendo as cotações de preços impossíveis, face só existir uma única entidade representativa das Câmaras Municipais no Estado de mato Grosso.



# CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

## ESTADO DE MATO GROSSO



Por outro lado, entende-se que o referido procedimento licitatório preenche também os requisitos do art. 24, inciso II, da lei 8.888/93, onde se trata da dispensa da licitação.

Noutro giro, temos que a Câmara Municipal de Sinop demonstra através do seu departamento de contabilidade fls. 005, existir dotação orçamentária para custear a presente dispensa de licitação, desta forma está cumprido o requisito previsto no artigo 14 da Lei de Licitações.

Isto posto, com base nos documentos presentes neste processo de dispensa de licitação e em especial ao artigo 25 “*caput*”, da Lei de Licitações, somos favoráveis à homologação.

Sinop, 23 de ABRIL de 2020.

DIRCEU DA SILVA  
Advogado da Câmara  
OAB/MT 6444/B